

Taxa sobre as dormidas: Uma alternativa para o financiamento do **turismo sustentável** em Cabo Verde¹

JOÃO EVANGELISTA DIAS MONTEIRO * [joaoedm@turismo.uff.br]

Resumo | Alguns países têm utilizado impostos e taxas sobre a atividade turística no intuito de arrecadar recursos para financiar o seu processo de crescimento e o desenvolvimento. A literatura sobre a análise de benefícios e malefícios da taxação da atividade turística sobre o bem-estar das comunidades receptoras é composta por uma série de estudos com resultados bastante controversos. Nesta perspectiva, este artigo tem como objetivo justificar a importância da criação de uma taxa sobre as dormidas dos turistas internacionais, para o financiamento do crescimento e desenvolvimento do turismo sustentável na República de Cabo Verde. Do ponto de vista da gestão pública do turismo, a eficácia e a eficiência desta taxa estão associadas ao destino dos recursos arrecadados através dela. Sendo assim, esta taxa é justificável caso os recursos sejam utilizados no aumento da competitividade turística de Cabo Verde, por meio de investimentos em infraestrutura geral e capacitação profissional, além do estímulo a pequenos negócios no setor do turismo. Desta forma, os benefícios económicos e sociais substanciais superam o seu impacto irrelevante na competitividade de preços do país como destino turístico internacional.

Palavras-chave | Turismo, Taxa sobre as dormidas, República de Cabo Verde.

Abstract | Some countries have been using taxes and fees on tourism activities to finance its growth and development. The literature on the analysis of benefits and costs of tourism's taxation on wellbeing of host communities is structured by a series of studies with controversial results. Within this perspective, this article aims to justify the importance of creating a tax on international tourists' overnights to finance the growth and the development of sustainable tourism in the Republic of Cape Verde. From the standpoint of tourism's public management, the effectiveness of the overnight accommodation tax is associated to the destination's raised funds. Therefore, it may be justified if the generated resources are applied to improve Cape Verde's tourism competitiveness by investing in infrastructure and general professional training, as well as stimulating small businesses in the tourism sector. Thus, the substantial social and economic benefits trespass its negligible impact on the price competitiveness of the country as an international tourist destination.

Keywords | Tourism, Overnight tax, Republic of Cape Verde.

¹ Este artigo é um dos resultados do projeto "Turismo nos países da CPLP", que possui uma bolsa de pesquisa da FAPERJ. Agradeço a colaboração do aluno Marcelo de Oliveira Nunes, bolsista da FAPERJ, pelas sugestões e discussões que contribuíram de forma positiva no seu processo de elaboração.

* **Doutor em Economia** pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, **Professor Adjunto** de Economia do Turismo e **Subchefe** do Departamento de Turismo Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

1. Introdução

Diversos países têm apostado no turismo como uma atividade importante no processo de geração de rendimento, emprego e desenvolvimento económico. No entanto, na prática, a atividade turística ainda não possui esse reconhecimento no momento da alocação dos recursos dos Estados nacionais e das cidades. Para o desenvolvimento sustentável do turismo é necessário o seu planeamento e são necessários recursos financeiros para executar projetos voltados para o aumento na competitividade do setor e para a capacitação profissional, no intuito de garantir a socialização do rendimento e dos benefícios derivados do crescimento dos negócios turísticos. Para países com escassez de recursos e que carecem de serviços básicos, como fornecimento de energia, água ou transporte, como é o caso de Cabo Verde, a criação de uma taxa sobre as dormidas dos turistas internacionais, pode ser uma alternativa para o financiamento do desenvolvimento sustentável da atividade turística.

A literatura sobre a análise de benefícios e malefícios da taxação da atividade turística inclui uma série de estudos com resultados bastante controversos (Clark e Ngi, 1993; Forsyth e Dwyer, 2002; Gago *et al.* 2006; Gooroochurn e Sinclair, 2005; Litvin *et al.* 2006; Sheng e Tsui, 2009, entre outros). A maioria dos estudos tem, como base de argumentação, as teorias das finanças públicas. Portanto, as análises são restritas à racionalidade económica, que justifica o uso da taxação nas atividades económicas a partir de dois motivos principais: correção de falhas de mercado e/ou geração de receitas para os governos (Gooroochurn e Sinclair, 2005). No entanto, a análise da eficácia e eficiência da taxação do turismo deve ser estendida ao uso dos recursos provenientes desse instrumento fiscal.

Este artigo tem como objetivo justificar a importância da taxa sobre as dormidas dos turistas internacionais, no financiamento do crescimento e desenvolvimento do turismo sustentável nas ilhas de Cabo Verde.

O artigo está dividido em três partes: na próxima seção é apresentada uma discussão teórica em relação aos prós e contras quanto à utilização da taxação do turismo; na sequência, é discutida a dinâmica do turismo recetivo internacional na República de Cabo Verde; e, por fim, é apresentada uma simulação das vantagens financeiras da taxa sobre as dormidas e os benefícios económicos e sociais que a sua gestão eficiente e eficaz poderá gerar para Cabo Verde.

2. Taxação do turismo e desenvolvimento sustentável

Segundo a Organização Mundial do Turismo (WTO, 1998a: 21), o turismo sustentável é conceituado como:

“Aquele que satisfaz as necessidades presentes dos turistas, ao mesmo tempo, que preserva as regiões de destino e incrementa novas oportunidades para o futuro. Ele deve ser concebido de modo a conduzir à gestão de todos os recursos existentes, tanto do ponto de vista da satisfação das necessidades económicas, sociais e estéticas, quanto da manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas de suporte à vida.”

Nestas condições, o desenvolvimento sustentável do turismo deve: melhorar a qualidade de vida da comunidade recetora; prover uma experiência de alta qualidade para o visitante; e manter as qualidades ambientais, sociais e culturais, tanto para a comunidade local, quanto para os visitantes.

Para garantir o desenvolvimento sustentável do turismo, o Estado deve elaborar e executar um planeamento que melhore a qualidade de vida das comunidades recetoras, a infraestrutura e a qualidade dos serviços, no intuito de garantir a satisfação do visitante, e desenvolver ações voltadas para a sustentabilidade ambiental, cultural e social.

Para executar tais estratégias, o Estado necessita de recursos, que no caso de países como Cabo Verde, são bastante escassos. É importante destacar que a competitividade de um destino turístico não se resume a ter hotéis de luxo, *resorts* e bons restaurantes. Devido à transversalidade da atividade, a competitividade turística de um destino depende da infraestrutura geral (fornecimento de água, saúde pública, segurança pública, etc.), condições de acesso, entre outros, sendo que o Estado precisa de recursos financeiros para atender estas necessidades (Barbosa, 2008).

Por outro lado, apesar do reconhecimento da relevância do turismo no processo de geração de emprego e rendimento, os governos, em geral, destinam poucos recursos para atender às necessidades do setor. Alguns países têm criado impostos específicos sobre a atividade, no intuito de prover recursos para financiar os programas e projetos voltados para o desenvolvimento e competitividade da atividade.

O uso da taxa de turismo não tem sido uma estratégia adotada, somente, pelas pequenas economias turísticas insulares², como as Ilhas Maldivas (McAleer *et al.* 2005) e as Ilhas Maurícias (Gooroochurn e Sinclair, 2005). Países desenvolvidos, como a Dinamarca e outros países da Europa (Jensen e Wanhill, 2002), têm, também, utilizado esta ferramenta para corrigir distorções e externalidades provocadas pelo consumo dos visitantes.

² Para maiores detalhes sobre a caracterização das pequenas economias turísticas insulares, consultar Shareef (2004b).

³ A Organização Mundial do Turismo (1998b) identificou 45 tipos diferentes de impostos e taxas aplicados ao turismo. Destes 45 impostos e taxas, 30 são diretamente aplicados aos turistas e 15 sobre os negócios turísticos.

⁴ A República de Cabo Verde ocupa a 89ª posição no *ranking* de Competitividade Turística de 2011, do Fórum Económico Mundial, formado por 139 países. Na dimensão "recursos sociais, culturais e naturais" o país obteve o seu pior desempenho, sendo colocado na 114ª posição (World Economic Forum, 2011).

⁵ O *all inclusive* é uma modalidade de alojamento em que todas as refeições e bebidas estão incluídas. O pacote varia de acordo com cada *resort*, mas, em geral, permite o consumo livre de pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar, artigos do minibar e bebidas ao longo do dia (Resorts Brasil, s.d.).

Estes casos têm sido analisados na literatura e dividido as posições em relação aos impactes de uma taxa de turismo sobre o nível de bem-estar da comunidade recetora. Em geral, os estudos sobre o tema têm sido concentrados em discussões e análises do impacte da taxa de turismo sobre a procura (Aguiló *et al.* 2005), dos seus impactes económicos e sociais (Jensen e Wanhill, 2002; Gooroochurn e Sinclair, 2005; Sinclair, *et al.*, s.d.; Sheng, 2011) e, menos frequentemente, sobre a eficiência e eficácia do uso dos recursos arrecadados, com a taxa, por parte dos governos (Litvin *et al.*, 2006).

Segundo Sheng e Tsui (2009), a tributação do turismo pode aumentar ou reduzir os benefícios económicos, dependendo do poder de mercado do destino³. No entanto, do ponto de vista social, a tributação do turismo pode melhorar o bem-estar, através das externalidades do crescimento do turismo que podem ser internalizadas. Portanto, segundo os mesmos autores, a tributação do turismo deverá ter como objetivo a busca pelo ótimo social e não um ótimo privado, a fim de gerar um turismo sustentável.

Nesta perspetiva, a análise da eficácia e eficiência da taxa do turismo sobre o bem-estar deve ser estendida ao uso dos recursos oriundos da sua arrecadação e não ser limitada a um domínio, estritamente, fiscal.

Quando os recursos oriundos da taxa são destinados ao investimento em infraestruturas e capacitação profissional, por exemplo, além de esta possibilitar uma melhoria na competitividade turística do destino, gera uma melhoria no bem-estar da comunidade recetora, uma vez que haverá maior incorporação de trabalhadores na cadeia produtiva do turismo e, por conseguinte, maior socialização dos benefícios da atividade.

Quando se trata de um país como a República de Cabo Verde, que carece de recursos para investir na competitividade turística⁴, e onde uma parte importante do fluxo de turistas internacionais é absorvida pelo sistema *all inclusive*⁵ dos *resorts* e hotéis de luxo, a taxa pode ser uma forma de

socializar os benefícios económicos gerados pela atividade turística.

Segundo Gooroochurn e Sinclair (2005), a taxa de turismo gera um ganho de bem-estar, desde que o país recetor consiga transferir a carga tributária para o turismo internacional como um todo, ou seja, que o imposto sobre o consumo seja pago, na sua totalidade, pelo turista internacional. Ainda segundo este argumento, a taxa sobre a procura turística evita que o peso do imposto recaia, indistintamente, sobre todos os visitantes do destino, o que não é possível no caso da taxação da oferta. Nesta perspetiva, a utilização de uma taxa de dormidas sobre o turista internacional elimina a possibilidade de aumentar a carga tributária dos residentes do destino.

Todavia, Gössling *et al.* (2005) argumentam que os destinos que adotam uma taxa de turismo podem, possivelmente, sofrer perda de bem-estar. Similarmente, Jensen e Wanhill (2002) suspeitam que o incremento no número de taxas e impostos sobre o turismo no mundo, nos últimos anos, não tem vindo a melhorar o bem-estar, já que os governos dos destinos parecem considerar o imposto sobre o turismo como uma forma de “dinheiro fácil”, dando-lhes licença para desviar a racionalidade económica.

Este fato corrobora a ideia apresentada neste artigo, que analisa a eficácia e eficiência da taxa sobre as dormidas além da fronteira teórica da tributação, ou seja, que ela só se justifica em função da racionalidade no uso dos recursos daí arrecadados.

Do ponto de vista da tributação, a análise restringe-se à racionalidade económica do imposto, ou seja, qual é a taxa ótima e a análise de possíveis distorções que ela poderá provocar nas forças do mercado.

Assim, como foi salientado, o propósito deste artigo é justificar a utilização de uma taxa sobre as dormidas, como uma alternativa para o financiamento do processo de crescimento e desenvolvimento sustentável do turismo em Cabo Verde.

Para um melhor entendimento da dinâmica do turismo em Cabo Verde, é apresentada, na secção seguinte, uma análise sucinta do desempenho do turismo nos últimos anos neste país.

3. A dinâmica do turismo na República de Cabo Verde

A República de Cabo Verde é um pequeno arquipélago formado por 10 ilhas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava) e alguns ilhéus, localizado na costa Ocidental da África, e a 4 horas de voo de Portugal e do Brasil.

Com uma temperatura média anual de 25°C, paisagem diversificada, um povo acolhedor e estabilidade política e económica, as ilhas de Cabo Verde têm-se transformado num dos destinos turísticos preferidos dos europeus, principalmente no inverno do velho continente. Além disso, a sua história e a cultura diversificada representam atrativos turísticos importantes para o país.

Por outro lado, no que se refere à infraestrutura geral e turística, transporte e mão-de-obra qualificada, Cabo Verde ainda é bastante deficiente. Com uma economia que depende, principalmente, da ajuda externa e das transferências financeiras dos emigrantes aos familiares, o Estado não possui recursos para atender os requisitos essenciais, que podem e devem sustentar o crescimento e o desenvolvimento do turismo nas ilhas de Cabo Verde.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE, 2012), entre 2003 e 2011, o número de turistas em Cabo Verde cresceu, em média, 33,3% ao ano, passando de 178.379 turistas, em 2003, para 475.294, em 2011. No mesmo período, o número total de dormidas aumentou de 902.873 para 2.877.562, o que se traduz num crescimento médio anual de 39,8%.

Os benefícios económicos do turismo têm sido concentrados, principalmente, no setor privado, muitas vezes estrangeiros e, apenas, em determinadas ilhas. A título de exemplo, em 2011, 86,9% do fluxo de turistas concentrou-se nas ilhas da Boa Vista (38,9%), Sal (35,4%) e Santiago (12,6%).

Entre os fatores que explicam esta concentração podem-se destacar as dificuldades nas ligações aéreas e marítimas entre as ilhas (preços elevados e insufici-

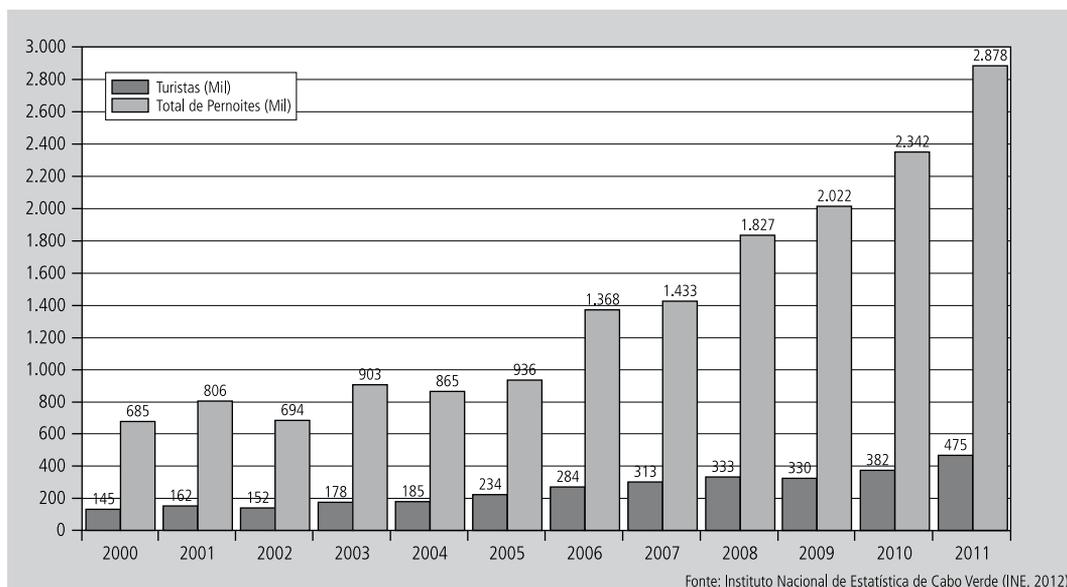


Figura 1 | Evolução do fluxo de turistas e de dormidas em Cabo Verde no período de 2000-2011.

ência de rotas) e deficiência de infraestruturas gerais e turísticas de algumas ilhas. É, também, importante destacar que as ilhas que atraem mais turistas estão dotadas de grandes empreendimentos turísticos, como *resorts* e hotéis de luxo, na sua maioria, construídos e explorados por empresas estrangeiras.

3.1. Principais emissores de turistas para Cabo Verde

Devido à proximidade do continente europeu, os principais países emissores de turistas para as ilhas de Cabo Verde são europeus. Estes representavam em 2011, aproximadamente, 85% do mercado emissor para Cabo Verde, com destaque para Reino Unido, de onde partiram 89.539 turistas⁶; Portugal, com 61.616; Alemanha, com 51.881; Itália, com 48.280; e França, com 48.766.

⁶ É importante destacar que a partir de 2006 se registou um crescimento substancial no número de turistas ingleses que visitaram Cabo Verde, passando de 5.106 para 89.539 em 2011. Entre os fatores que explicam este aumento encontram-se o início de funcionamento de três grandes hotéis (dois na ilha do Sal e um na ilha da Boavista) e a abertura do aeroporto internacional da Ilha da Boavista.

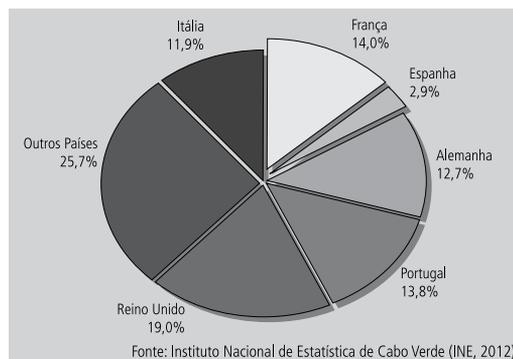


Figura 2 | Principais países emissores de turistas para Cabo Verde em 2011.

3.2. Impactes do turismo na economia de Cabo Verde

O Banco de Cabo Verde (BCV) calcula que a entrada de turistas estrangeiros tenha gerado receitas para o país na ordem dos 25 milhões de contos (moeda nacional) em 2011, o que representa um crescimento de 7,8% em relação a 2007. As receitas com o turismo contribuíram, assim, para 19,4% do PIB e 60,8% no total das receitas do setor de serviços, conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 | Evolução dos principais indicadores do turismo

	2006	2007	2008	2009	2010***
Receitas de Turismo* (milhões CVE)	17.495,4	23.495,5	25.334,4	21.321,0	22.678,0
Receitas de Turismo em % do PIB	16,8%	20,4%	21,3%	16,9%	16,7%
Receitas em relação ao valor dos serviços**	52,2%	59,7%	60,8%	55,4%	55,3%

Legenda: * Crédito da rubrica Viagens de Turismo da Balança de Pagamentos; ** Crédito da rubrica Viagens de Turismo da Balança de Pagamentos; *** Estimativa.
Fonte: Banco de Cabo Verde, 2011.

Um outro indicador do impacto do turismo na economia do país é o montante de investimentos no setor. Dados do BCV e da Cabo Verde Investimentos (CI) indicam que o turismo e os investimentos imobiliários receberam 80,5% do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em 2008. As principais ilhas receptoras de IDE continuam sendo: Sal, São Vicente e Boavista com 32%, 27% e 38% do total, respectivamente.

Apesar dessas taxas de crescimento absolutas, o impacto relativo do turismo em termos de geração de emprego, receitas e benefícios sociais para a população das ilhas é, ainda, pouco expressivo.

Nesta perspectiva, para um país, que possui uma taxa de desemprego de aproximadamente 17% e um baixo nível de competitividade turística, a utilização eficiente dos recursos provenientes de uma taxa sobre as dormidas ajudará o Estado a desempenhar as suas funções económicas.

4. A taxa sobre as dormidas e seus benefícios para o desenvolvimento sustentável do turismo em Cabo Verde

A maximização dos benefícios económicos e sociais gerados pela atividade turística passa, necessariamente, pela interiorização da sua cadeia produtiva, ou seja, pelo aumento da participação da produção local na oferta turística. Para isso, a participação do Estado na definição de políticas e estratégias voltadas para o estímulo a pequenos negócios e qualificação profissional, é fundamental no processo de crescimento e desenvolvimento sustentável do turismo nas ilhas de Cabo Verde.

Assim, a criação de uma taxa sobre as dormidas dos turistas internacionais é uma alternativa viável para o financiamento do processo de investimento voltado para a melhoria na competitividade turística de Cabo Verde, e uma melhor distribuição dos benefícios económicos gerados pelo turismo.

4.1. Relevância económica da taxa de dormidas sobre o turismo de Cabo Verde

Um dos argumentos utilizados pela literatura que rejeita a ideia da utilização da taxa sobre as dormidas é que esta reduz o nível de competitividade de preços do destino que a utiliza. Sendo assim, a análise da eficácia e a eficiência no uso da taxa sobre as dormidas deve ser ponderada pelo seu impacto na competitividade de preços.

Para analisar a relevância financeira desta taxa e seu impacto sobre a competitividade de preços, foi realizado um teste com três valores simbólicos; €1,00, €2,00 e €3,00. Apesar do seu impacto irrelevante sobre os preços dos pacotes comprados pelos estrangeiros que visitam as ilhas, esta taxa terá um impacto importante sobre as receitas que poderão ser destinadas ao crescimento e desenvolvimento do turismo no país.

Em relação ao impacto sobre a competitividade de preços, considerando um pacote de sete noites no valor de 964 Libras (€1131,99)⁷, as taxas sobre as dormidas de €1,00, €2,00 e €3,00, teriam um impacto de 0,62%, (€7,00), 1,24% (€14,00) e 1,86%

⁷ Informação retirada do *website* <http://www.capeverde.co.uk/>, a 09/12/2011, a título exemplificativo do valor de um pacote turístico de 7 noites para Cabo Verde, comercializado no Reino Unido.

(€21,00), respetivamente. Desta forma, pode-se concluir que a cobrança de uma taxa de dormidas tem baixo impacto sobre o preço dos pacotes turísticos para Cabo Verde e, por conseguinte, não afeta o nível de competitividade turística do país.

Em relação à análise do impacto desta taxa sobre as receitas do Estado, foram utilizados dados do Turismo de Cabo Verde no período de 2005 a 2010 (INE, 2012) e, ainda, uma projeção para o período de 2012 a 2014.

Para o período de 2005 a 2010, o procedimento é simples, uma vez que o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde divulga, regularmente, os dados referentes à quantidade de dormidas dos estrangeiros que visitam o país. Sendo assim, o exercício consiste na aplicação da taxa sobre a quantidade total de dormidas, ou seja:

Impacte sobre a receita do Estado = Total de dormidas x Taxa

Aplicando a fórmula com base nas dormidas registadas no período de 2005-2010, com as taxas de €1,00, €2,00 e €3,00, obtiveram-se os resultados que se apresentam no Quadro 2.

O Quadro 2 revela que uma taxa, sobre as dormidas de turistas internacionais, de apenas €1,00 poderia ter gerado, para o Estado de Cabo Verde, o valor acumulado de €9.927.499,00, entre 2005

e 2010. Caso fosse cobrada uma taxa de €3,00, o valor acumulado seria de €29.782.497,00, valor expressivo e importante para um país onde uma parte relevante das receitas deriva de doações internacionais e transferências de emigrantes.

A importância destes valores é mais evidente quando são comparados com alguns dados da Balança de Pagamentos do país, como representado no Quadro 3.

Como se pode constatar, as importações representam, aproximadamente, 50% do PIB do país, ou seja, por cada 100 escudos de Cabo Verde produzidos na economia nacional, 50 escudos saem do país sob a forma de importação.

Nesta perspetiva, a utilização das receitas da rubrica Viagens de Turismo, como referência para avaliar os impactos do turismo internacional sobre a economia, deve ser ponderada pelas importações a que o país precisa recorrer para atender às necessidades dos turistas estrangeiros que visitam as ilhas.

Noutras palavras, a maior parte da receita gerada no processo produtivo do turismo, acaba por sair da economia local sob a forma das importações, o que diminui os efeitos multiplicadores do turismo⁸.

⁸ Esta relação entre os gastos dos turistas internacionais e as importações necessárias para atender a procura é denominada de Razão de Reflexão do Turismo. Quanto maior a razão de reflexão, menor são os efeitos multiplicadores da atividade turística sobre a economia recetora.

Quadro 2 | Impacte da taxa de dormidas sobre a receita do Estado no período de 2005-2008

Ano	Total de Dormidas	Receita com a Taxa de Dormidas (em €)		
		€ 1,00	€ 2,00	€ 3,00
2005	935,505	935,505,00	1.871,010,00	2.806,515,00
2006	1.368,018	1.368,018,00	2.736,036,00	4.104,054,00
2007	1.432,746	1.432,746,00	2.865,492,00	4.298,238,00
2008	1.827,196	1.827,196,00	3.654,392,00	5.481,588,00
2009	2.021,752	2.021,752,00	4.043,504,00	6.065,256,00
2010	2.342,282	2.342,282,00	4.684,564,00	7.026,846,00
Total	9,927,499	9,927,499,00	19,854,998,00	29,782,497,00

Fonte: elaboração própria com base nos dados do INE de Cabo Verde (INE, 2012).

Quadro 3 | Balança de Pagamentos de Cabo Verde (em % do PIB)

	2006	2007	2008	2009	2010
Importações	46,9%	49,1%	55,4%	48,5%	49,8%
Receitas da Conta Viagens	16,7%	19,3%	21,3%	16,9%	16,7%
Transferências Unilaterais	24,3%	19,9%	20,1%	19,6%	20,8%

Fonte: Banco de Cabo Verde, 2011.

Neste contexto, a taxa sobre as dormidas é um instrumento que permitirá a diminuição da razão de reflexão do turismo e, ao mesmo tempo, aumentar os efeitos multiplicadores do turismo, através de políticas de capacitação e de estímulo a pequenos negócios voltados para a atividade turística.

Assim, como já destacado, a eficácia e a eficiência da utilização desta taxa dependerão da forma como o Estado utilizará os recursos que dela advêm.

Utilizando as projeções para o número de dormidas do cenário intermediário apresentado no Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico de Cabo Verde (2009), e as taxas aqui sugeridas, é possível estimar-se o valor das receitas que o Estado poderá arrecadar nos próximos anos e, por conseguinte, executar as estratégias de desenvolvimento turístico, propostas no referido plano.

O Quadro 4 revela que, com uma taxa de dormidas internacional de €1,00, poderá ser gerado, para o Estado de Cabo Verde, o valor acumulado de €10.807.205,00, nos próximos 4 anos. Caso fosse cobrada uma taxa de €3,00, o valor acumulado seria de €32.421.615,0, valor que poderia auxiliar o país a financiar o seu processo de crescimento e desenvolvimento turístico, neste período de incertezas na economia global.

A criação de um Fundo de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, que se responsabilizaria pela gestão dos recursos oriundos da taxa sobre as dormidas, poderia minimizar a possibilidade de estes recursos serem desviados para outras finalidades que não o crescimento e o desenvolvimento do turismo sustentável nas ilhas de Cabo Verde.

Por outro lado, estes recursos deverão ser utilizados na qualificação profissional e no estímulo ao desenvolvimento de pequenos negócios, o que possibilitaria uma maior participação da população local no processo produtivo do turismo, aumentando os efeitos multiplicadores de emprego, receita e de gastos da atividade turística e, por conseguinte, garantindo o crescimento e o desenvolvimento sustentável do turismo no país.

5. Conclusão

Alguns países têm utilizado impostos e taxas sobre a atividade turística no intuito de arrecadar recursos para financiar o seu processo de crescimento e desenvolvimento. A análise dos custos e benefícios da taxação do turismo tem sido balizada pela abordagem teórica das finanças públicas, que avalia a sua racionalidade económica a partir das distorções que ela poderá provocar nas forças do mercado, e pela abordagem que avalia os benefícios que as receitas daí provenientes poderão gerar para as comunidades recetoras. No caso de Cabo Verde, a utilização de uma taxa de dormidas sobre turistas internacionais, gerará recursos que poderão ser utilizados no financiamento do crescimento do desenvolvimento sustentável do turismo. Com um turismo, que se baseia, fortemente, num sistema de *all inclusive*, e com um Estado que carece de recursos, a utilização de uma taxa sobre as dormidas poderá ajudar o Estado a socializar os benefícios gerados pela atividade turística.

Quadro 4 | Impacte da taxa de dormidas sobre a receita do Estado no período de 2012-2015

Ano	Total de Dormidas	Receita com a Taxa de Dormidas (em €)		
		€ 1,00	€ 2,00	€ 3,00
2012	2.328.637	2.328.637,00	4.657.274,00	6.985.911,00
2013	2.561.501	2.561.501,00	5.123.002,00	7.684.503,00
2014	2.817.651	2.817.651,00	5.635.302,00	8.452.953,00
2015	3.099.416	3.099.416,00	6.198.832,00	9.298.248,00
Total	10.807.205	10.807.205,00	21.614.410,00	32.421.615,00

Fonte: elaboração própria com base nos dados do INE de Cabo Verde (INE, 2012).

Se por um lado, esta taxa terá um impacto irrelevante sobre o nível de competitividade de preços de Cabo Verde como destino turístico internacional, por outro, os recursos arrecadados por uma taxa simbólica, entre €1,00 e €3,00, são bastante expressivos se comparados aos dados da economia nacional.

Por fim, deve-se evidenciar que a análise da eficácia e eficiência da taxa sobre as dormidas extrapola a racionalidade económica da sua aplicação e se estende até à gestão dos recursos através dela arrecadados. Assim, recomenda-se, fortemente, que a obtenção e gestão dos recursos sejam realizadas por um Fundo de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Cabo Verde.

Bibliografia

- Aguiló, E., Riera, A., and Rosselló, J., 2005, The Short-Term Price Effect of a Tourist Tax on the Demand for Tourism Through a Dynamic Demand Model, *Tourism Management*, Vol. 26(3), pp. 359-365.
- Barbosa, L. G. M. (eds.), 2010, *Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, Relatório Brasil 2010*, Ministério do Turismo, Brasília.
- Banco de Cabo Verde (BCV), 2011, *Boletim de estatísticas (2008 e 2009)*, [http://www.bcv.cv], (Site accessed 13 Janeiro 2011).
- Clarke, H., and Ng, Y., 1993, Tourism, economic welfare and efficient pricing, *Annals of Tourism Research*, Vol. 20(4), pp. 613-632.
- Forsyth, P., and Dwey, L., 2002, Market power and the taxation of domestic and international tourism, *Tourism Economics*, Vol. 8(4), pp. 377-379.
- Fujii, E., Khaled, M., and Mak, J., 1985, The exportability of hotel occupancy and other tourist taxes, *National Tax Journal*, Vol. 38(2), pp. 169-177.
- Gago, A., Labandeira, X., Picos, F., and Rodrigues, M., 2006a, *Taxing Tourism in Spain: Results and Recommendations*, Rede and Department of Applied Economics, University of Vigo, Spain.
- Gago, A., Labandeira, X., Picos, F., and Rodrigues, M., 2006b, *Environmental taxes in Spain: A missed opportunity*, ISP Working Paper 06-03, Georgia State University.
- Gooroochurn, N., and Sinclair M., 2003, *The welfare effects of tourism taxation*, Discussion Paper 2003/2, Christel DeHaan Tourism and Travel Research Institute, Nottingham University.
- Gooroochurn, N., Sinclair, M., 2005, Economics of tourism taxation: evidence from Mauritius, *Annals of Tourism Research*, Vol. 32 (2), pp. 478-498.
- Gössling, S., Peeters, P., Ceron, J.-P., Dubois, G., Patterson T., and Richardson, R., 2005, The Eco-efficiency of tourism, *Ecological Economics*, Vol. 54(4), pp. 417-434.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), 2012, *Estatísticas do Turismo (2005 a 2011)*, [http://www.ine.cv/], (Site accessed 10 February 2012).
- Jensen, T. C., and Wanhill, S., 2002, Tourism's taxing times: value added tax in Europe and Denmark, *Tourism Management*, Vol. 23(1), pp. 67-79.
- Litvin, S., Crotts, J., Blacwell, C., and Styles, A., 2006, Expenditures of Accommodations Tax Revenue: A South Carolina Study, *Journal of Travel Research*, Vol. 45(6), pp. 150-157.
- McAleer, M., Shareef, R., and DaVeiga, B., 2005, *Risk Management of Daily Tourist Tax Revenues for the Maldives*, Nota di Lavoro 137.2005, Fondazione Eni Enrico Mattei, [http://www.feem.it/userfiles/attach/Publication/NDL2005/NDL2005-137.pdf], (Site accessed 10 December 2011).
- Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde, 2009, [portoncv.gov.cv/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id], (Site accessed 10 December 2011).
- Rajasundram, S., and Tisdell, C., 2004, Tourism and the economic development of the Maldives, *Annals of Tourism Research*, Vol. 16(2), p. 254-269.
- Resorts Brasil, s.d., *O que quer dizer all inclusive*, [http://www.sonumresortvocepode.com.br/manual-do-viajante/o-que-quer-dizer-all-inclusive.php], (Site accessed 14 December 2011).
- Shareef, R., 2004a, *Modeling the Volatility in International Tourism Demand and Country Risk in Small Island Tourism Economies*, PhD Thesis, University of Western Australia, Perth, Australia.
- Shareef, R., 2004b, *Small Island Tourism Economies: A Bird's Eye View*, [http://www.mssanz.org.au/MODSIM03/Volume_03/B05/01_Shareef_Birds.pdf], (Site accessed 14 December 2011).
- Sheng, L., 2011, Taxing tourism and subsidizing non-tourism: A welfare-enhancing solution to "Dutch disease"?, *Tourism Management*, Vol. 32(5), pp. 1223-1228.
- Sheng, L., and Tsui, Y., 2009, Taxing tourism: enhancing or reducing welfare?, *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 17(5), pp. 627-635.
- Sinclair, M. T., Blake, A., and Gooroochurn N., s.d., *Modelling Tourism Impacts on Small Island Economies: evidence from Cyprus, Malta and Mauritius*, [http://irfd.org/events/wfsids/virtual/papers/sids_tsinclairretal.pdf.2011], (Site accessed 12 March 2012).
- World Economic Forum, 2011, *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2011*, [http://www.weforum.org/reports/travel-tourism-competitiveness-report-2011], (Site accessed 10 November 2011).
- World Tourism Organization [WTO], 1998a, *Guide for local authorities on developing sustainable tourism. Tourism and Environment Publication*, World Tourism Organization, Madrid, [http://www.would-tourism.org/publications/PR1016-1.html>], (Site accessed 10 November 2011).
- World Tourism Organization [WTO], 1998b, *Tourism Taxation: Striking a Fair Deal*, World Tourism Organization, Madrid.